

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.896 - SP (2019/0014277-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ROBERTO YUZO HAYACIDA E OUTRO(S) - SP127725
AGRAVADO : FERRAMENTARIA METHODO LTDA
ADVOGADOS : FERNANDO CESAR LOPES GONÇALES - SP196459
MATHEUS CAMARGO LORENA DE MELLO - SP292902
BRUNO MARTINS LUCAS - SP307887

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL 13.918/2009. JUROS DE MORA EM PATAMAR SUPERIOR À TAXA SELIC. TEMA CONSTITUCIONAL NÃO APRECIÁVEL EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO SE CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pela Fazenda do Estado de São Paulo em face de decisão do Tribunal de Justiça do mesmo Estado, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO - Mandado de Segurança - Parcelamento de acordo com Decreto nº 58.811/2012 - Pretensão de exclusão dos juros apoiados no art. 96 da Lei n. 6.374/89, na redação da Lei n. 13.918/2009, com substituição pela taxa SELIC - Julgamento do Órgão Especial deste Tribunal (Arg. Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, j. 27.2.2013) que apenas deu interpretação, conforme a Constituição, à Lei 13.918/2009, limitando os juros à taxa SELIC - Pagamento realizado em Programa Especial de Parcelamento (PEP), conforme os cálculos então realizados, que comportam discussão apenas no ponto dos juros excedentes à taxa SELIC, ante a natureza jurídica da questão c o precedente, representativo de controvérsia, do E. STF (REsp. 1.133.027 - SP) - Sentença mantida. RECURSO VOLUNTÁRIO E REEXAME NECESSÁRIO DESPROVIDOS.

No especial, fundamentado no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, a agravante apontou contrariedade ao art. 161, §1º, do CTN, arts. 24, I, §1º a §4º e 155 da Constituição Federal, alegando em síntese que é constitucional e legal e aplicação dos juros fixados pela Lei Estadual 13.918/09, pois o ente tem competência para tanto. Aponta divergência jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões.

O Tribunal de origem não admitiu o recurso especial por entender que não é viável a análise de violação de dispositivo constitucional em recurso especial. Aduz ainda, que o exame da tese recursal demanda a incursão na seara fático-probatória, o que

encontra óbice na Súmula 7/STJ. Afirma ainda, que é necessário o exame de lei local, atraindo a violação da Súmula 280/STF.

A agravante rechaça os fundamentos mencionados.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A controvérsia posta neste autos cinge à questão relativa à fixação de juros de mora aplicáveis aos créditos tributários estaduais. A Fazenda defende que nos moldes do artigo 161, § 1º, do CTN, o Estado de São Paulo tem competência constitucional para definir sua aplicação, mediante lei estadual.

Na hipótese dos autos, verifica-se que a Corte de origem afastou a aplicação da Lei Estadual n.º 13.918/2009 sob enfoque eminentemente constitucional, *in verbis*:

O Órgão Especial desta Corte, a rigor, não declarou a inconstitucionalidade da Lei 13.918/2009, ou seja, não a retirou do ordenamento jurídico, mas apenas lhe deu interpretação conforme a Constituição (Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, rel. Des. Paulo Dimas Mascaretti, j. 27.2.2013) determinando que os juros calculados com base nela não ultrapassassem a taxa SELIC.

Cuida-se, então, de mero limite, ou teto.

E, neste ponto, a princípio, a apelada tem razão tão somente no argumento de que é inviável cobrança de juros acima da taxa SELIC, a partir do entendimento consolidado nesse julgado do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça.

A adesão ao PEP e a confissão daí decorrente poderiam, com efeito, ser acolhidas como exceção à sua revisão ou à repetição dos valores pagos, caso a discussão deste feito tivesse em conta elementos fáticos da obrigação tributária alheios aos vícios da manifestação da vontade que tornam nulos os atos jurídicos (v.g. erro, dolo, simulação e fraude); mas essa não é hipótese em discussão, que, em sede única de juros, tem em mira tão somente questão jurídica, própria da incidência e da aplicação do direito normativo tributário, em obrigação ex lege.

Em julgados anteriores, aliás, adotei posição diversa, pela inadmissibilidade da rediscussão dos juros antes aceitos em PEP, considerando a natureza jurídica do ato, transação, que abarca não só matéria fática, mas também questão jurídica.

Todavia, a orientação majoritária da jurisprudência caminhou em sentido diverso, não apenas nesta Seção, mas também nesta C. 14 Câmara de Direito Público, e, por isso, no escopo de compor divergência, realinhei minha posição à do julgado do E. STJ, representativo de controvérsia, no REsp. 1.133.027 -SP, que fixou o entendimento de que "A confissão da dívida não inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos".

Nessa linha, torna-se inviável a reforma do julgado no âmbito desta instância especial, porquanto o acórdão recorrido baliza sua fundamentação em princípios constitucionais, para justificar a natureza confiscatória da taxa de juros.

Logo, ante a matéria constitucional aventada, não prospera na seara do recurso

especial analisar tal questão, consoante disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. QUESTÃO RESOLVIDA NA ORIGEM COM FUNDAMENTO NOS ARTS 33 E 78 DO ADCT. NATUREZA JURÍDICA DE TEXTO CONSTITUCIONAL. INVASÃO DE COMPETÊNCIA DO STF.

1. Depreende-se que a controvérsia foi decidida com fundamento eminentemente constitucional (arts. 33 e 78 do ADCT), sendo a sua apreciação de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.

2. Agravo interno não provido."

(AgInt no REsp 1.459.159/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 06/03/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS. TETO REMUNERATÓRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO EM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. ART. 37, XI, DA CF. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Hipótese em que o acórdão impugnado possui como fundamento matéria eminentemente constitucional, porquanto o deslinde da controvérsia deu-se à luz do art. 37, XI, da Constituição da República, de modo que sua análise em Recurso Especial é inviável, sob pena de usurpar a competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

4. Recurso Especial não conhecido."

(REsp 1.643.629/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 07/03/2017).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator